



UM DEBATE RACIAL E TERRITORIAL NO ROMANCE CANAÃ DE GRAÇA**ARANHA****A RACIAL AND TERRITORIAL DEBATE IN THE ROMANCE CANAÃ DE GRAÇA****ARANHA**SILVA, Laerte de Souza¹**RESUMO**

Propomos neste estudo uma reflexão sobre a relação entre o racismo e a divisão de terras na sociedade brasileira durante o final do século XIX e início do século XX. Este período é notório pela adesão de uma parcela de intelectuais brasileiros às teorias do determinismo raciológico e eurocentrismo. Utilizamos como ponto de partida a análise do romance naturalista "Canaã" (1902), elaborado por Graça Aranha. Através desta análise, buscamos explorar temas como a emigração europeia, as estratégias de branqueamento da população adotadas no Brasil, as influências das doutrinas higienistas, bem como o preconceito racial, e de que forma todos esses elementos se relacionam com a dinâmica da posse de terra. Dentro desse contexto, a literatura naturalista brasileira emerge como uma janela para as cenas do cotidiano durante a Primeira República, revelando rotinas enraizadas de opressão social e racial. Nossa intenção se concentra em conduzir uma análise sólida, fundamentada em fontes bibliográficas e documentais, a fim de construir um embasamento robusto para uma discussão acadêmica enriquecedora. Nesse diálogo, abordamos os temas do racismo, literatura brasileira e a divisão de terras no Brasil, visando aprofundar a compreensão dessas questões multifacetadas que moldaram o passado e têm relevância inegável no presente.

Palavras-chaves: Racismo. Distribuição de Terras. Eurocentrismo. Literatura Brasileira

ABSTRACT

In this study, we delve into the relationship between racism and land distribution in Brazilian society from the late 19th to the early 20th centuries. This era witnessed the embrace of racial determinism and Eurocentric theories by certain Brazilian intellectuals. Analyzing Graça Aranha's naturalistic novel "Canaã" (1902) as a starting point, we explore themes like European emigration, population whitening strategies, hygienist doctrines, and racial prejudice, all intertwined with land ownership dynamics. Amidst this backdrop, Brazilian naturalistic literature acts as a window to the everyday life of the First Republic, unveiling deeply rooted patterns of social and racial oppression. Our goal is to conduct a thorough analysis based on bibliographic and documentary sources, providing a strong foundation for an enriched academic

¹ Laerte de Souza Silva, graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco – campos Petrolina. EMAIL: Laerte.ds@hotmail.com

discourse that delves into the intricate connections between racism, Brazilian literature, and land division, ultimately enhancing our comprehension of these multifaceted issues that have shaped the past and remain undeniably pertinent today.

Keywords: Racism. Land Distribution. Eurocentrism. Brazilian Literature.

1. INTRODUÇÃO

As obras literárias são fortes fontes para análise e reflexão nas ciências humanas e sociais. Através delas, podemos compreender as várias dimensões da formação humana, incluindo aspectos históricos, culturais e físicos. Nesse contexto, proponho uma análise da obra literária brasileira '*Canaã*', escrita por Graça Aranha, que aborda o debate racial e territorial, enfocando a migração alemã e as teorias raciais do século XIX no contexto brasileiro, buscaremos compreender como essas questões influenciaram a divisão de terras no Brasil, oferecendo uma percepção sobre a formação da identidade nacional e as relações interculturais presentes na obra por meio de uma revisão bibliográfica.

O romance regionalista *Canaã*, impresso em 1902, de José Pereira da Graça Aranha, é bastante importante para o pré-modernismo². Forte movimento literário que traz consigo grandes nomes como Euclides da Cunha, que publicou, no mesmo ano, *Os Sertões*; Monteiro Lobato um dos mais respeitados e controversos escritores brasileiros do século XX e Lima Barreto, um grande crítico do positivismo e do nacionalismo ufanista. *Canaã* é um romance de tese que aborda a migração alemã, sobretudo e mais importante nessa discussão o pensamento racial, a superioridade elitista e europeia. A obra trabalhada é da editora F. Briguiet & Cia de 1968, 12ª edição, revista por Olavo Anibal Nascentes.

Com a chamada Era dos Descobrimentos, entre os séculos XV a XVII, os europeus chegaram a outras terras e constataram que haviam homens idênticos a eles, mas diferentes nos aspectos físicos, culturais e sociais. Sobre essa diferença estendeu-se a uma discursão sobre iguais e não iguais, superior e inferior. No Brasil,

² O pré-modernismo foi um movimento literário marcada pela intensa movimentação literária até a Semana de Arte Moderna de 1922.

a fundamentação teórica para consolidação do preconceito racial, no século XIX, teve forte influência do conde francês Arthur de Gobineau.

Gobineau entendia que as características humanas eram determinadas a partir das raças, portanto a miscigenação produz o degenerado. Em termos de realidade nacional, após a escravidão o branqueamento da raça por meio da miscigenação foi considerado, entre intelectuais como o antropólogo e médico João Batista de Lacerda, em seu artigo intitulado *Sobre os mestiços no Brasil*³, algo positivo.

2. TERRA OBJETO DE PODER E OPRESSÃO

A compreensão de que a posse da terra é um símbolo intrínseco de poder em contextos sociais, políticos e econômicos demanda pouco esforço. Desde os primórdios da humanidade, a disputa pela terra tem sido uma constante, remontando a milhões de anos atrás, na pré-história. No período neolítico, marcado por transformações profundas, como a adoção do sedentarismo e o incremento da agricultura, o interesse territorial despertou e conferiu à terra um valor inestimável, transformando-a em um motivo recorrente de conflitos ao longo da história mundial – da antiguidade ao período medieval, do mundo moderno ao contemporâneo. Parafraseando o renomado historiador Hobsbawm a temática foi objeto de acalorados discursos políticos “os séculos de expansão por terra e por mar sobre o Segundo Mundo ligaram até às parcelas atrasadas do Primeiro Mundo as avançadas, à exclusão de poucos enclaves isolados dos Balcãs montanhosos e outros semelhantes” (Hobsban, 1988, p.22)

No contexto Brasileiro, Rute Pina e Bruno Fonseca no artigo intitulado “*O agro é branco: propriedades de negros ocupam metade da área das terras de brancos*”, eles afirmam que: “Em terras com mais de 10 mil hectares, para quatro produtores rurais brancos há um produtor negro.” A partir dos dados do censo agrário do IBGE em 2017, os autores revelam que há mais produtores rurais negros, apesar de haver

³ Artigo exposto em 1911 no Congresso Universal das Raças em Londres com o título: “*Sur les métis au Brésil*” (*Sobre Mestiços no Brasil*)

mais produtores negros em número (2,6 milhões) do que brancos (2,2 milhões), a média de hectares das terras dos negros é inferior à dos brancos:

Os negros são maioria apenas nas terras que ocupam menos de 5 hectares. Dessa área para cima, os brancos ultrapassam os negros em todas as categorias. A partir de 20 hectares a desigualdade é nítida: quanto mais se aumenta o tamanho da propriedade de terra, menos negros são produtores rurais. (Rute Pina e Bruno Fonseca, Brasil de Fato, 2019)

De acordo com dados do IBGE e a informação mencionada acima, fica evidente a profundidade da desigualdade na distribuição de terras no Brasil, produtores brancos possuem aproximadamente 60% das propriedades rurais, totalizando cerca de 208 milhões de hectares e por outro lado, os produtores negros detêm apenas 99 milhões de hectares, representando uma média de 28%.

Essa disparidade reflete uma história enraizada no colonialismo, imperialismo, escravidão e, mais do que nunca, racista. Numa sociedade dos finais do século XIX e início do século XX onde coube o pensamento (Nina Rodrigues) que erroneamente defendia a existência de um código penal distinto para as raças tidas como evoluídas e inferiores. Não surpreende, portanto, deparar-se com projetos governamentais incentivando a imigração de brancos europeus para trabalhar nas plantações após a abolição da escravidão. Esses projetos refletiam a mentalidade higienista do branqueamento racial, que via a raça mista como deficiente física e mentalmente, uma ideia compartilhada por figuras como o conde Artur de Gobineau e o estudioso Louis Agassiz.

O movimento higienista e todas as ações decorrentes dele representaram uma resposta a um projeto econômico falido, caracterizado pela exploração da terra, da escravidão e pelo lucro obtido a partir delas. Em um país que resultou de uma imigração forçada, onde a exploração de mão de obra escrava não trouxe mais benefícios, foi elaborada uma estratégia de substituição da chamada "raça inferior". Nesse contexto, negros, indígenas e mestiços foram erroneamente apontados como os responsáveis pelos fracassos do projeto colonizador europeu.

Um exemplo disso segundo Petri, é observado em São Paulo no final do século XIX, quando a justificativa da exportação brasileira e a expansão da cultura do café na região impulsionaram a intensificação da imigração. "A imigração intensifica-

se após 1850, quando passa para responsabilidade dos governos provinciais e, ao mesmo tempo, se abrem para a iniciativa privada.” (Petri, 2005. p.3) No entanto, o conceito de "brasilidade" segundo a perspectiva da eugenia levanta a questão: Como se deveria moldar o brasileiro ideal? O que se propunha fazer?

Petri, 2005, p.4 afirma que:

Uma outra medida adotada pela Assembleia Provincial, em 1881, foi a organização de uma comissão para planejar uma hospedaria que recebesse imigrantes. Naquele mesmo ano, o Governo da Província adquiriu um prédio no bairro do Bom Retiro, na capital, que tinha capacidade para apenas quinhentas pessoas e localização inconveniente. Em 21 de março de 1885, a Assembleia Provincial autorizou a construção de uma nova hospedaria e uma comissão especial escolheu um ponto de junção das estradas de ferro que penetravam na cidade de São Paulo, vindas do Rio de Janeiro e de Santos, rotas pelas quais entravam na Província todos os imigrantes. Em 1888, a nova Hospedaria de Imigrantes tinha capacidade para quatro mil pessoas e tornou-se o ponto focal do programa de imigração de São Paulo. (Petri, 2005. p.4)

Além de todo processo desumano contra a raça negra, se faz necessário a busca por novos habitantes para as terras brasileiras, dando-lhes privilegio na posse da terra e financiamento para torná-la produtiva, e para o degenerado fraco e incapaz resta a miséria e uma vida de sofrimento pela falta de políticas públicas destinada a construção de uma vida digna para aqueles que aqui já viviam durante e após a escravidão, faltava o direito a posse da terra para subsistência e moradia. “Em 1891, a Constituição Federalista da Nova República alocou toda a terra pública e os condicionamentos de propriedade sob a competência dos Estados.” (Petri, 2005. P.5) em contra partida no mesmo ano o estado de São Paulo:

[...] criou a Repartição de Terras, Colonização e Imigração, vinculada à Secretaria de Agricultura. Sua função, entre outras, era a de validar os títulos de terras, fiscalizar e alienar terras públicas. No ano seguinte, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo ficou encarregada do serviço de imigração estadual. (Petri, 2005. P.5)

Testificamos que a divisão e a concentração de terra no Brasil têm por destino o branco, é herança da política de divisão de terra da colonização, como as capitanias hereditária e as sesmarias dadas a uma elite branca, sobre respaldo da lei de terras de 1850 que restringia a terra apenas a um grupo.

O pretexto justificava sobre a sentença “braços para a lavoura”, a grande controvérsia sobre esse bordão é que dentro do território brasileiro não faltava braços para a lavoura, faltava a disposição da elite dominante e branca, aceita o livre braço forte de negos e mestiços. As observações até agora propostas, aponta uma prerrogativa da realidade brasileira, é a identidade da divisão territorial nacional, ancorada no racismo estrutural, construída sobre muitos conflitos.

3. O DEBATE RACIAL E TERRITORIAL EM CANAÃ

Partimos da primícia do trabalho, “a temática da escravidão é uma categoria essencial para analisar a formação histórica, social, econômica, política e racial do Brasil e os seus desdobramentos nas relações sociais.” Essa estrutura estabelece a relação do “trabalhador-mercadoria” não eram meramente uma força de trabalho na economia, mas a própria economia, a relação do modo de produção escravista e o fim da exploração do trabalho forçado “e a transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre se materializa numa sociedade em que o racismo se tornou um elemento estruturante [...] tornando a raiz da divisão racial do trabalho” como também a raiz da divisão das terras, o ponto alto do aprofundamento da divisão racial no Brasil foi a política de imigração. (Alves, p.216, 2022)

As obras literárias e os cânones naturalista (como é o caso do romance “Canaã”) ao retratar o alemão europeu trabalhando, lavrando e cuidando da terra o trata como um herói, com características louvável e superior, um Hercules, de maneira oposta o da raça “inferior” o negro, que por anos lavrava a terra por incentivos alheios a sua vontade é visto como incapaz de evoluir a terra que horas antes com o sangue e suor produzia riqueza para os senhores De forma ficcional, Graça Aranha expressa esse pensamento por meio de um personagem que adota uma visão naturalista e darwinista extremista, afirma Lentz num diálogo com Milkau: “Mais o que se tem feito é quase nada, e ainda assim é o esforço do europeu.

O homem brasileiro não é um fator do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. Vê, a história... “(Aranha, 1969, p.40). Esse personagem nos leva a refletir sobre o ápice do imperialismo europeu sobre os povos considerados “incivilizados”, essa prática buscava a expansão política, cultural,

territorial e econômica baseado em ideias etnocêntricas e no darwinismo social. “até agora não vejo probabilidade da raça negra atingir à civilização do branco. Jamais a África...” (Aranha, 1969, p.41)

Na negativa por parte dos governantes federais e estaduais no Brasil em conceder apoio aos negros, o romance por meio do narrador demonstra tamanho desprezo e o quão omissos foi a elite governamental do Brasil ao enfatizar a fala do personagem (guia), um jovem, ex-escravo que agora oferecia seus serviços de guia aos imigrantes recém chegado para assumir os núcleos coloniais em terras particulares que o estado atuou diretamente em projetos que subsidiou a vinda e o sistema de colonato. O personagem questionado pelo ar superior de Milkau enfatizava que ele sua família não tinha terra, a que eles viviam não eram deles, era arrendada, afirmava ainda “Governo acabou com as fazendas, e nos pôs nos todos no olho do mundo, acaçá e comer, a compra e vestir a trabalha como boi para sobreviver.” (Aranha, 1969, p.14) dizia ele “Ah! A tempo bom de fazenda!” [...]” que importava feitor? ... Nunca ninguém morreu de pancada. Comida sempre havia [...] seria melhor pós a escravidão e os seus flagelos porque lá teria a garantia de um teto e o que comer.

Numa estrutura causadora das desigualdades assim propunha o estado, Petri, 2005, p.7 declara que:

Em 1904, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, importante político dos fins do Império, herdara uma sesmaria colonial, conhecida como a Fazenda Cambuí, que se estendia à Oeste de Araraquara, numa área de quase trinta mil alqueires. Gavião Peixoto fez o acordo de doar três mil alqueires para o Estado e o governo comprometeu-se a comprar dele um adicional de três mil alqueires. A terra, toda constituída por áreas ociosas e marginais da propriedade, foi dividida em três núcleos distintos, inaugurados em 1907, cada um com cerca de 190 lotes rurais de vinte e cinco hectares. (Petri, 2005. p.7)

Lotes comprados com a finalidade de construir colônias para acolher os imigrantes, acompanhado de uma proposta trabalhista que seria o sistema de parceria. Além do governo os próprios fazendeiros apoiavam essa troca, como é o caso do importante fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro, nos anos de 1847 a 1857 acolheu famílias alemã, portuguesa sobe a proposta da parceria.

A Eugênia alicerçadas nas afirmações pré-concebida pelos teóricos que o aderiam reconhecia na miscigenação a responsável pela diversidade dos tipos brasileiros com o cabelo, o nariz, os lábios, a cor e a estatura “estranha”, o disforme, desengraçado nada listinha para atingir seu ápice e acender socialmente beiravam uma vida de extrema dificuldade e pobreza. Em oposição a isso o jovem guia afirmava “Vosmecê vai ficar aqui? Daqui a um ano está podre de rico. Todos seus patriotas eu vi chegar sem nada, com as mãos abanando... e agora? Todos têm uma casa, tem cafezal, burrada... de brasileiro governo tirou tudo, fazenda, cavalo e negro... não me tirando a graça de Deus...” (Aranha, 1969, p.14) a tristeza toma de conta do jovem guia “E seus olhos triste obscureceram-se” carregava com sigilo a pesada agonia de saber que a terra que a eles fora negado pelos seus traços fenotípicos, aos brancos que as ocupavam trazia riqueza.

Os discursos dos personagens dissipavam o pensamento superior e acima de tudo a confirmação brutal que a força das teorias raciais proporcionava na mente da população branca. E toda essa brutalidade e afirmação da necessidade de transformação são incisivas contra um único povo os negros e sua geração, que ao longo da história foram dominados fisicamente, religiosamente, socialmente e culturalmente com a finalidade de manter em alta o imperialismo branco e europeu. O agrimensor.

Felicíssimo ia pressuroso, contando os milagres da fortuna comercial daquela gente. – Este sobrado aqui, dizia ele, apontando para uma casa esguia e igual as as outras da rua, é o rival e o inimigo de Roberto. Chegou a que sem nada; hoje, veja como está rico! E aqui são todos assim, todos tem muito dinheiro. [...] esses alemães tem olho ... se fossem brasileiros, estava tudo arreventado. (Aranha, 1969, p.25)

O agrimensor é a representação do estado, e sua visão está forte mente enraizada na logica darwinista social, e o brasileiro a cima destacado e em todo o romance é sem dúvida o mestiço, ora se não é dado condição de igualdade para prospera, como prospera? A igualdade se torna utopia par as ciências naturais, até porque parafraseando Lilia Schaez na obra “O espetáculo da raça” a igualdade é presumida pela lei, leis essas formada num seio branco banhado pelo ideal evolucionista que torna utópica a conquista da igualdade, e o que sonhava ser conquistado era negado em nome da natureza.

Em campinas, a os surgimentos dos núcleos Jorge Tibiriçá em (1905), o núcleo Nova Odessa (1905), núcleos coloniais esmorecera e Paulo de Moraes Barros (1913) eram ofertado aos europeus com extensão territorial de vinte e cinco hectares “Os imigrantes poderiam pagar esses lotes de acordo com vários planos, sendo o prazo de cinco a dez anos o mais utilizado.” (Petri) Essa facilitação de crédito leva entender o vislumbre que o personagem Lentz, sorria ao imagina por toda a parte a ocupação europeia sobre toda a terra brasileira.

E Lentz via por toda a parte o homem branco apossando-se resolutamente da terra e expulsando definitivamente o homem moreno que ali se gerava. E Lentz sorria com orgulho na perspectiva da vitória e do domínio de sua raça. Um desdém pelo mulato, em que ele exprimia o seu desprezo pela languidez, pela fatuidade e fragilidade deste, turvou-lhe a visão radiosa que a natureza do país lhe imprimira no espírito. Tudo nele era agora um sonho de grandeza e triunfo... aquelas terras seriam o lar dos batalhadores eternos, aquelas florestas seriam consagradas aos cultos temerosos das virgens ferozes e louras... era tudo um recapitular da antiga germânica. Ele percebeu no seu cérebro exaltado que os alemães chegariam, não em pequenas invasões humildes de escravos e traficantes, não para mendigar a propriedade defendidas pelos soldados negros. Eles viriam agora em grandes massas; galeras imensas ... (Aranha, 1969, p.88-89)

Infelizmente, no deslumbre de Lentz é cravada nas linhas da história do país, o resultado na distribuição das terras no Brasil é expressivo, e como o personagem infere essa ocupação não se deu com o tráfico de homens e mulheres negras, foram dado um convite, recheados de uma intenção lasciva em meio a conturbada discursão racial nos finais do século XIX “o tema racial se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional” branco e eurocêntrico. (Schwarcz, 1993, p.319).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A culminação da análise do romance "Canaã" de Graça Aranha nos traz à conclusão de que as questões raciais e territoriais permeiam profundamente a trama, refletindo não apenas o contexto ficcional, mas também a realidade histórica e social do Brasil da época e suas ramificações até os dias atuais.

Graça Aranha expressa dois confrontos primários ao leitor. O primeiro é a admiração que o Adão europeu teve ao observar a natureza brasileira durante o

percurso até Canaã. Deslumbrado com a doce e harmoniosa redondeza, adentra uma gloriosa floresta “vestidas de uma relva curva que suave lhes desce pelos flancos, com túnica fulva, envolvendo-as numa carícia quente e infinita” (Aranha, 1969, p. 5) e nela não pairava nem uma angústia de uma terra desprestigiada pela miscigenação. Nesse trajeto Milkau tem o primeiro diálogo com um inferior, o guia filho do alugador de animais do Queimado e ao contemplar o menino via nele uma trêfega e ossuda criança, a cria de uma raça “que se ia extinguindo na dor surda e inconsciente das espécies que nunca chegam a uma florescência superior, a uma plena expansão da individualidade” (Aranha, 1969, p. 6-7).

O segundo confronto é o intenso debate entre Milkau e Lentz a respeito da melhor opção para salvar essa esperançosa e próspera terra. No entanto, a visão de Lentz é radical e arrogante. Não há a probabilidade da raça negra atingir o nível de civilização dos brancos. Para Lentz, existia um grande precipício entre o povo da arte e os selvagens, mas tudo se resolve por meio do progresso moral, no qual o sonho da democracia, da fraternidade é uma triste negação da própria vida. Mas o homem tem que ser forte, desejar viver e o uso da força tem que ser eterno, subjugando os escravos. O personagem vai mais além e declara: “quanto a mim, penso que devemos voltar atrás, apagar até os últimos traços as manchas desta civilização de humildes, de sofrendores, de doentes, purificar-nos do seu veneno, que nos mata depois de nos entristecer” (Aranha, 1969, p. 45). A exaltação do personagem sugere um completo extermínio da raça inferior elevando um império branco que seria a justificativa do seu sangue.

Deixando explícito e evidente o quão profundo foram as teorias raciais na formação da sociedade brasileira. O romance também coloca em evidência as desigualdades na distribuição de terras no Brasil, questão que persiste até os dias atuais. Os dados do IBGE e as análises de Rute Pina e Bruno Fonseca ilustram uma disparidade gritante entre produtores brancos e negros, refletindo uma história colonial e escravista que se perpetuou nas estruturas econômicas e sociais do país.

Portanto, ao investigar detalhadamente as abordagens raciais e territoriais em "Canaã", o presente artigo almeja contribuir para um entendimento mais profundo das origens e implicações das desigualdades raciais e territoriais no Brasil. Através da análise da obra e da contextualização histórica, buscamos lançar luz sobre as raízes

dessas problemáticas, ressaltando a urgência de uma reflexão contínua sobre a formação da identidade nacional e as interações interculturais, a fim de promover uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Graça. **Canaã**. F. briguet & cia editores, Rio de Janeiro, 1968.

ALVES, Leandro Dias. **A divisão racial do trabalho como uma ordenamento do racismo estrutural**, Florionopolis, R. Katál, v.25, n.2, p 212-221. 2022.

CANDIDO, Antonio. **Noções de análise histórico-literária**. Associação Editorial Humanitas, 2005.

IOTTL, Luiza Horn. **A política imigratória Brasileira e sua Legislação – 1822-1914**, Santa Maria-RS, 2010.

HOBSBAWM, Eric J., **1917-A era dos impérios** / Eric J. Hobsbawm, tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRI, Katia Cristina. **Terras e Imigração em São Paulo**: Política Fundiária e Trabalho Rural. edição nº 2 de junho de 2005. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/> > acesso em: 14 de julho de 2023 as 11 horas e 03 minutos.

RUTE Pina; BRUNO Fonseca. **O agro é branco**: Propriedades de negros ocupam metade da área das terras de brancos, agencia publica, editora Brasil de fato, 20 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/20/o-agro-e-branco-propriedades-de-negros-ocupam-metade-da-area-das-terras-de-brancos#:~:text=As%20grandes%20propriedades%20de%20terra,produtores%20negros%20para%20cada%20branco> > acesso em: 28 de julho de 2023 as 11 horas e 02 minutos.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930, São Paulo, companhia das letras, 1993.